

Compêndio de pedagogia prática de Alagoas (1886): obra baseada nas teorias Mr. Daligault

Edlene Cavalcanti Santos¹

Universidade Federal de Alagoas

Elisabete Pereira Fernandes²

Universidade Federal de Alagoas

Miriam Correia da Silva³

Universidade Federal de Alagoas

Resumo: O presente trabalho se refere a um estudo historiográfico em andamento, que analisa dois materiais didáticos (Compêndio e manual) que estiveram vinculados à formação de professores primários no Século XIX, tendo como finalidade contribuir com levantamento e armazenamento de dados que subsidiarão estudos vinculados a graduação, mestrado e doutorado dos componentes do Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática de Alagoas e ao público de pesquisadores em geral que possuam interesse na temática. Para tanto, visa analisar as contribuições do educador alagoano Joaquim José de Araújo (1886) no documento “O Compêndio de Pedagogia Prática de Alagoas, obra esta, baseada no Curso de Pedagogia prática de Mr. Daligault (1870)”. Utilizamos como base teórica Oliveira (2015), ao refletir sobre as teorias de Pestalozzi; Castanha (2012) sobre o método Lancaster; e Costa (1931), sobre a Instrução Primária em Alagoas. Este estudo se constitui a partir da seguinte problemática: Até que ponto a obra de Daligault contribuiu com o trabalho de Joaquim José de Araújo na educação inicial das professoras primárias alagoanas no fim do século XIX? Nas considerações deste trabalho se percebe que Joaquim José de Araújo faz uso da teoria do Daligault, mas não a aplica em sua totalidade especialmente no ensino da Matemática.

Palavras-chave: Compêndio. Ensino. Método.

INTRODUÇÃO

O século XIX foi marcado por mudanças significativas no âmbito educacional no Brasil, sendo estas vinculadas aos novos estudos e concepções pedagógicas que estavam sendo fomentadas principalmente nos países europeus. Um marco dessas mudanças, que se evidenciam nos documentos analisados na elaboração do presente estudo, refere-se aos métodos de ensino.

Segundo estudos de Veiga (2007), a partir de 1810 foi elaborado no Brasil, a pedido de D. João VI um plano de instrução que prescrevia a reorganização do ensino com base no método simultâneo, em detrimento do método individual usado até aquele momento. Contudo, “em busca de um sistema menos dispendioso e mais racional”, decide pelo método mútuo já utilizado em países como Portugal e França (VEIGA, 2007, p. 143). A autora aponta

¹ Professor Doutoranda em Educação pela UFAL, integrante do Grupo de pesquisa GPHEM, Universidade Federal de Alagoas. E-mail: edlenecavalcanti@hotmail.com

² Mestranda em Educação pela UFAL, integrante do Grupo de pesquisa GPHEM, Universidade Federal de Alagoas. E-mail: elisabete050384@hotmail.com

³ Professora Mestre em Educação, integrante do grupo de pesquisa GPHEM, Universidade Federal de Alagoas E-mail: miriam_am13@hotmail.com

ainda registros da presença de um professor francês, enviado ao Brasil por volta de 1817, para implantar o método no país. Segundo ela, em 1827, como primeira reforma escolar, fica estabelecido que sejam implementadas escolas mútuas em todo o país, visando à unificação do ensino.

Durante esse período passa-se a pensar mais efetivamente na formação dos professores primários, principalmente para fazer uso do novo método sendo, inicialmente para esse fim, criada a primeira escola Normal do país em Niterói. De acordo com dados na mesma autora, outro recurso para a formação docente da época foi a publicação de compêndios, geralmente de autores estrangeiros traduzidos para o português, com ênfase para os franceses.

Só a partir de 1840 o método mútuo ou Lancaster passa a ser criticado, por seu sistema de monitoramento e a ideia de que a criança deveria ser instruída diretamente pelo professor (VEIGA, 2007). Outro aspecto questionável era o excesso de memorização presentes nos métodos de ensino. Nesse contexto, as ideias de Pestalozzi trazem importantes reflexões que apontam para uma aprendizagem menos voltada para a memória, valorizando a intuição e o método de lição das coisas.

É nesse contexto de mudanças que se insere o Curso de Pedagogia Prática do Mr. Daligault (1870), que além de trazer uma marca predominante no século XIX, à educação integral/tripartida que “significa uma ampliação das finalidades do ensino primário, incorporando para além da leitura e da escrita e do cálculo a educação física, intelectual e moral religiosa” (SOUZA apud SILVA, 2015, p. 87), ainda descreve os métodos individual, simultâneo, mútuo e misto, bem como as vantagens e inconvenientes no uso de cada um deles.

Ele traz como proposta no manual o uso do método simultâneo e aponta a importância do ensino intuitivo na aprendizagem da matemática, apesar de fazer algumas críticas ao, segundo ele, valor excessivo dado por Pestalozzi à intuição.

Mr. Jean Baptiste Daligault foi diretor de uma das mais destacadas Escolas Normais Francesas (Escola Normal Primária de Alençon) e sua obra pode ser definida como um manual prático para professores baseado em fundamentos pedagógicos difundidos na época e regado por preceitos morais e cristãos que deveriam conduzir a prática docente (SCHAFFRATH, p. 3).

A obra de Mr. Daligault circulou em países da Europa desde sua publicação em meados século XIX e esteve presente também no cenário brasileiro, nesse mesmo período (SILVA, 2015), sendo apontado por Lourenço Filho como a primeira de doutrina sistemática a compor a bibliografia pedagógica brasileira, considerando a edição de 1865.

Carvalho (2007) aponta que o Curso Prático de Pedagogia de Mr. Daligault está na lista dos livros que o então diretor da Escola Normal de São Paulo, Paul Bourrol mandou importar da França em 1883 para compor as obras contidas na Biblioteca da Escola Normal com a intenção de demarcar uma formação ou assimilação cultural pedagógica da época (CARVALHO apud SCHAFFRATH, 2011, p. 7).

Em 1869, o vice Presidente da província de Santa Catarina resolve mandar publicar a tradução do Curso Prático de Pedagogia de Mr. Daligault, visando suprir emergencialmente a falta de um curso Normal no estado (SCHAFFRATH, 2011), e posteriormente em 1870 é publicada a segunda edição.

O curso também esteve presente no estado de Pernambuco, havendo indicações de que a primeira tradução da obra para o português no Brasil foi feita em Recife em 1865 por Joaquim Pires Machado Portella (SILVA, 2015). Tal dado nos leva a conjecturar que ela esteve nas mãos de Joaquim José de Araújo durante sua passagem por Recife enquanto ampliava sua formação para iniciar as atividades do curso Normal em Alagoas, sendo usada como fonte para a elaboração do Compêndio de Pedagogia Prática.

A edição do Curso Prático de Pedagogia de Daligault traduzida por Franc de Pauliscéia Marques de Carvalho que analisamos, data de 1870 contém prefácio, dois capítulos iniciais intitulados “Dignidade das funções de professor primário” e “Qualidades necessárias aos professores primários” e três partes intituladas “Educação física”, “Educação intelectual” e “Educação Moral e Religiosa”. Ainda na segunda parte do manual, o autor apresenta uma explicação geral sobre todos os tipos de métodos de ensino, com maior ênfase sobre a utilização do método simultâneo e/ou misto. Apresenta, ainda, os métodos para o ensino da leitura e da escrita, do cálculo e da língua portuguesa, totalizando 278 páginas.

Tomando como base o manual acima descrito, em 1886, o alagoano Joaquim José de Araújo publica o Compêndio de Pedagogia Prática, documento sobre o qual nos debruçamos a fim de fazer uma busca historiográfica sobre os métodos de ensino desenvolvidos nos tempos mais remotos da educação alagoana, entendendo que a construção historiográfica é feita sempre em diálogo com as incertezas, dúvidas e lapsos que serão preenchidos pelo pesquisador por meio do acesso as fontes e também de sua criatividade e imaginação (NUNES, 2011). Ao que sabemos o Compêndio de Pedagogia Prática esteve vinculado à formação de professores no Curso Normal no final do século XIX no estado e teve como principal fonte teórica as doutrinas espedidas por Daligault no seu Curso Prático, partindo dessa premissa, nosso estudo se constitui a partir da seguinte problemática: Até que ponto a obra de Daligault contribuiu com o trabalho de Joaquim José de Araújo na educação inicial das professoras primárias alagoanas no fim do século XIX?

Também destacamos como secundárias as seguintes problemáticas: porque que a obra original traduzida para o português não foi disponibilizada para as discentes do curso normal em Alagoas? Porque alguns aspectos trazidos por Daligault foram excluídos no Compêndio? Quais teorias pedagógicas permeavam a prática docente no estado no período provincial e durante a República em Alagoas?

O trabalho encontra-se organizado de forma que o leitor pode num primeiro momento conhecer um breve contexto histórico da publicação do Compêndio no Estado de Alagoas, e em seguida alguns aspectos diferenciais entre a obra e concepções de Daligault (1870) e de Araújo (1886) no trato com o ensino da matemática, dialogando com autores como Oliveira (2015) que discute o método intuitivo de Pestalozzi e Castanha (2012) que vai tratar do método Lancaster e Costa (1931) que traz contribuições sobre a educação primária em Alagoas.

UM POUCO DE HISTÓRIA: CONTEXTUALIZANDO A PUBLICAÇÃO DO COMPÊNDIO EM ALAGOAS

A Educação em Alagoas antes do alvará de 28 de junho de 1759, que oficializou o ensino público em Portugal e Colônias, se dava unicamente nos conventos pelos frades franciscanos. No começo do século XVIII existiam apenas dois conventos vinculados à província de Pernambuco onde eram ministradas aulas de gramática para filhos de moradores que se interessassem em aprender e assim se manteve a instrução pública alagoana durante quase um século (VERÇOSA, 2001). Com a criação da capitania de Alagoas em 16 de setembro de 1817 o ensino público toma certo impulso, no entanto visando, segundo as palavras de Costa (1931), a formação das classes abastadas por meio do ensino secundário.

Com o processo de descentralização estabelecido em todo o país, a educação passa a ser responsabilidade das províncias e começam a serem formadas as escolas ou aulas de primeiras letras, se efetivando com muita dificuldade em Alagoas. Os relatórios dos dirigentes de ensino da província evidenciam esse fato, principalmente o descaso com a formação dos professores. Segundo relatos de Costa (1931), para ensinar nessas escolas não era necessária uma formação específica e sim apenas um conhecimento básico em algumas áreas, “bastava, para ser professor primário, que o candidato soubesse ler e escrever, fosse versado em doutrina cristã e um tanto destro nas quatro operações fundamentais da aritmética”.

Os dirigentes de ensino atribuíam como um dos fatores preponderantes para o fracasso escolar em Alagoas, a ausência de uma escola normal que viabilizasse o preparo e aperfeiçoamento de seus mestres (ESPÍNDOLA, 1866). Nos relatórios, era exposto o descontentamento com relação às condições de ensino da Província, culpando-se a falta de formação dos professores pelo atraso da educação do estado.

[...] pouco tenho podido fazer em benefício da instrução, que ha longos annos acha-se em estado estacionário, sem uniformidade e methodo de ensino, marchando à mercê da vontade dos professores; porque as reformas, que tive a subida honra de iniciar em meu primeiro relatório, dependem ainda da approvação de V. Exc. o desembargador João Baptista Gonçalves Campos aos 27 de março do anno que vem de expirar (ESPÍNDOLA, 1866 p.3).⁴

Atendendo as solicitações por um curso que cuidasse da formação dos professores foi criada em 1864 a primeira escola Normal de Alagoas. A instituição teve como primeiro diretor e inspetor Joaquim José de Araújo que, por ter pouca orientação sobre como organizar uma escola normal, seguiu para Pernambuco a fim de observar os métodos de ensino da Escola Normal daquela província e só em 1869 organizou o regulamento da escola e a pôs em funcionamento nas dependências do Liceu Provincial (VILELA, 1982).

⁴ Citação transcrita conforme texto original

A fim de atender as necessidades já apontadas por Espíndola (1866) em relação às orientações para o ensino nas escolas de Ensino Primário, Joaquim José de Araújo publicou no mesmo ano (1886) o *Compêndio de Pedagogia Prática*, tomando como referência “O Curso Prático de Pedagogia do Mr. Daligault”. De acordo com Madeira (2011), a obra é uma das poucas publicadas em Alagoas no período provincial marcada estritamente por um conteúdo pedagógico.

Nas palavras de Araújo (1886), o *Compêndio de Pedagogia Prática* teve a pretensão de facilitar o estudo da pedagogia aos que se dedicavam ao magistério em Alagoas. Para organizá-lo seguiram-se as doutrinas expedidas por Mr. Daligault, no seu *Curso de Pedagogia Prática*. Entretanto, segundo o autor o documento encontrava-se adaptado ao programa de ensino da época e tinha o aval dos alagoanos no que se refere aos métodos e meios adequados à educação e instrução da infância, diferenciando-se em alguns pontos do original traduzido na França. O autor argumenta ainda que para não tornar o texto “fastioso pela prolixidade” resumiu-se o trabalho o máximo possível (p. 1). Nesse sentido o compêndio resume-se em 69 páginas que trazem a mesma organização e todas as temáticas abordadas por Daligault (1870) no *Curso Prático de Pedagogia*.

Analisando ambos os documentos, apesar de manterem a mesma organização e temáticas, são possíveis perceber marcas que os diferenciam em vários aspectos, de forma que foram agregados aspectos particulares no *Compêndio de Pedagogia Prática* que nos dão indicações do que se entendia sobre a educação primária em Alagoas no período provincial. Algumas ideias trazidas por Daligault no *Curso Prático de Pedagogia* são mantidas criteriosamente no *Compêndio*, outras como já comentado anteriormente são resumidas e existem aquelas que são ignoradas ou excluídas como se não fossem adequadas para o contexto alagoano.

A MATEMÁTICA NO COMPÊNDIO DE ARAÚJO E NO MANUAL DE DALIGAULT: ALGUMAS COMPARAÇÕES

No *Compêndio de Pedagogia Prática*, contar e calcular estavam entre as matérias essenciais por ser indispensável para qualquer pessoa e por seu estudo ser capaz de regular o desenvolvimento da inteligência. Desta feita, deveria ser matéria de estudo diária dos meninos, no entanto o estudo da tabuada e da aritmética deveria ser restrito para a criança alfabetizada, pois se acreditava que só a partir de então, ela encontrava-se apta a aprender o cálculo escrito (ARAÚJO, 1886, p. 18). Tais ideias não são preconizadas por Daligault (1870) no *Curso Prático de Pedagogia*, ele argumenta apenas que o objeto mais importante no ensino do cálculo ou da aritmética (denominação dada pelo autor para a matéria) era a obtenção de soluções exatas e rápidas, para esse fim, era indispensável que desde a entrada dos meninos na escola se utilize um modo de calcular que esteja ao seu alcance, tendo em vista as dificuldades próprias dessa aprendizagem. Nessa direção, Daligault (1870) apresenta “bons métodos de calcular, um que consiste em compor e decompor de memória números pouco elevados, o

qual chama de cálculo verbal, e outro que efetua, por meio da pena, operações de aritmética mais ou menos complicada, o que se chama cálculo escrito” (p. 225).

CÁLCULO VERBAL

No Compendio, Araújo (1886) descreve resumidamente que o objetivo do cálculo verbal era levar a criança a contar de 1 até 100 e memorizar as quatro operações, independente de conhecer ou não os algarismos escritos. Para isso, o professor devia valer-se das vantagens do contador mecânico de Pestalozzi que, consistia em um recurso para o trabalho com números decimais.

Compõe-se este aparelho de um quadro de madeira, sem fundo, tendo dez fios de arame paralelos e transversalmente dispostos, contendo cada um dez esferas de madeira enfiadas com espaço bastante, para mover-se com facilidade, de um para outro lado. Esse quadro deverá estar colocado sobre cavalete e em altura que permita às crianças distinguir bem as esferas e seus movimentos (ARAÚJO, 1886, p. 18).⁵

Esse mesmo aparelho é indicado no Curso Prático, porém com outro nome, espherario ou contador. Apesar de o objeto ter sido introduzido nos métodos pedagógicos de ensino da aritmética por Pestalozzi, Daligault (1870) não o descreve como tal, como fez Araújo isso, provavelmente porque tinha ressalvas quanto ao seu método, o ensino intuitivo. Tal aspecto fica evidenciado nas palavras usadas por ele ao argumentar sobre o excessivo valor dado a intuição, apesar de reconhecer suas vantagens no ensino do cálculo verbal.

O método que parece oferecer mais vantagens para o ensino de cálculo verbal, é debaixo de uma prudente medida, esse método de intuição, que primeiro foi empregado por Pestalozzi, porem cujo valor talvez exagerou, quando fez dele o princípio fundamental e o meio essencial de todo o seu sistema de instrução (DALIGAULT, 1870, p. 225).

Nas palavras de Daligault (1870), a intuição na linguagem pedagógica, e no método de Pestalozzi, ora significa a percepção de uma ideia, ora a vista de um objeto, segundo se trata de intuição do espírito ou intuição física. Como, porém, esta última intuição é apenas um meio de chegar à primeira, o método de intuição consiste em dar ao aluno ideias claras, exatas e precisas, fazendo-lhes, por assim dizer, tocar os próprios elementos dessas ideias nos objetos materiais. É possível observar nos argumentos de Daligault (1870) o valor dado por ele aos conceitos e as ideias, a partir dos quais, segundo ele, a criança chega ao saber concreto quando entra em contato com o objeto. Contudo, essa forma de pensar o método de ensino, criticada

⁵ Citação transcrita conforme texto original

por Daligault (1870) levou Pestalozzi a redefinir a concepção do elementar, ou seja, aquilo que primeiro deveria a criança aprender (OLIVEIRA, p. 21, 2015).

Sobre esse aspecto no *Compêndio*, apesar de Daligault (1870) na descrição do processo de ensino do cálculo verbal sugerir o uso de coleções qualquer de objetos além do contador e Araújo (1886) não fazê-lo, as demais ideias são mantidas, de forma que a descrição é feita detalhadamente de como o professor deve ensinar. Com a diferença de que no *Curso Prático* quem coordena ou executa as atividades é o mestre e no *Compêndio* o monitor, pois a obra toma como base o ensino mútuo.

O método mútuo, também chamado de sistema de monitoramento ou Lancaster foi desenvolvido na Inglaterra, no final do século XVIII e início do século XIX, momento o qual o país passava por uma intensa urbanização ligada ao processo de industrialização. Andrew Bell e Joseph Lancaster foram seus criadores, eles previam em seu método que o professor ensinasse a um grupo de alunos mais avançados e inteligentes, seus monitores, e em seguida dividia a turma em grupos de dez – decúrias, para que eles repassassem a lição. A sala de aula deveria ter o formato retangular e os alunos sentados, enfileirados, ficando o professor à frente em patamar mais alto e apenas os monitores tinham a permissão de se aproximarem do mestre (CASTANHA, 2012). Baseado em Manacorda (2004) é possível afirmar que a proposta visava à popularização da instrução entre as classes pobres, pois, segundo ela, o método criado por Bell e Lancaster tinha por objetivo “diminuir as despesas da instrução, a abreviar o trabalho do mestre e a acelerar os progressos do aluno” (MANACORDA apud CASTANHA, 2012, p. 2).

Seguindo nesse contexto, ao sugerir as etapas de execução das atividades didáticas no ensino do cálculo verbal, Araújo (1886) propõe que o monitor e não o mestre esteja responsável pelo ensino das crianças recém-chegadas a escola,

Formada a classe em frente ao contador, o monitor encarregado do ensino dará princípio ao exercício ensinando a contar seguidamente a primeira dezena. Passando todas as esferas para o lado direito, armado de um pequeno bastão, passará, da primeira á uma, proclamando o valor, que será repetido por todos os meninos da classe, assim: 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10. Depois de, por alguns dias, os haver exercitado na contagem seguida de uma dezena, fará o mesmo exercicio sobre a segunda e assim até a decima (ARAÚJO, 1866).

Nesse aspecto, Araújo (1886) seguiu estritamente as orientações Daligault (1870), exceto pelo método de monitoramento como já foi apontado. Contudo para dar continuidade aos conteúdos, ou seja, para o ensino das operações, era absolutamente necessário que todos fossem capazes de contar até 100, algo que para Daligault não era essencial, “Logo que os meninos sabem contar até 100, ou mesmo antes disso, o Mestre exercita sobre as quatro operações fundamentais da aritmética”, sempre fazendo uso o contador, viabilizando a aprendizagem sensível ou palpável das operações (p. 226).

Tanto para Araújo (1886) quanto para Daligault (1870), só após os alunos serem capazes de entender a composição e decomposição dos números é que era conveniente que eles passassem a fazer exercícios abstratos. Araújo (1886), ao dar essas instruções destaca a importância do ensino do cálculo verbal com o auxílio do contador de Pestalozzi, principalmente por chamar a atenção dos alunos mais novos, contribuindo para que mais tarde eles pudessem compreender com facilidade o cálculo escrito.

CÁLCULO ESCRITO

Sobre o cálculo escrito Daligault (1886) estabelece princípios a serem seguidos no ensino das diversas partes do cálculo, sendo elas; números, operações fundamentais, frações ordinárias, problemas e sistema métrico decimal. Sobre esses aspectos Araújo (1886) traz apontamentos de forma resumida, em apenas uma página, sendo necessário elencarmos pontos que não foram contemplados no Compêndio, para fins de reflexões.

Araújo (1886) destaca que por ser o estudo do cálculo escrito de suma importância, deve ocupar a atenção do mestre e estar destinada apenas a alunos que tenham conseguido bastante desenvolvimento na leitura, “de modo a poderem estudar a tabuada e aritmética” (p. 64). Segundo ele, o estudo deveria iniciar fazendo as crianças conhecerem os números e seus valores, unidade, dezena, centena, já Daligault (1870), por sua vez, vai tratar desse mesmo aspecto em seu manual, porém detalhando questões metodológicas e conceituais que diferenciariam a ação pedagógica, tais como, levar os meninos a saberem enunciar e escrever bem toda espécie de número, sempre partir da exposição dos princípios fundamentais da numeração escrita e depois dos números, levarem as crianças a entender a ideia de unidade, dezena e centena mostrando as três ordens de unidade em cada, repassar noções numeração de decimais e de frações ordinárias, ensinando-os a escrever meios, terços, quartos, quintos e ainda noções de números romanos.

Logo após o estudo das unidades, dezenas e centenas, para Araújo (1886), os meninos deveriam fazer leitura de números inteiros, entendendo logo ideias de frações ordinais e decimais, a fim de que fossem capazes de ler frações e a partir do domínio desses saberes entravam na prática das quatro operações sobre os números inteiros, de fração e o cálculo superior. Percebe-se que as informações são passadas ligeiramente como se mais detalhamento fosse desnecessário, o que nos leva a refletir sobre qual era de fato a função pedagógica de um manual didático.

No entanto, o manual de Daligault (1870) propõe o trabalho com as operações e fração de forma mais esclarecedora enfatizando que apesar da importância das operações, o mestre não deveria buscar exatidão, rigorosa definição e raciocínio abstrato para não assustar as crianças, invés disso deveria expor a teoria de forma fácil, olhando para sua dimensão prática e tanto a definição quanto a regra e o raciocínio seguiria nesse viés, cada operação deveria estar seguida de sua prova e o exercício do cálculo deveria ser essencialmente prático para que os meninos percebessem sua utilidade, fazendo uso de problemas relativos a questões usuais. O estudo de frações deveria vir logo em seguida das operações por ser,

segundo o autor, indispensável para a solução da unidade dos problemas de regra de três, juros e etc. O mestre deveria também ensinar a redução de frações ordinárias em decimais.

Sobre o uso de problemas Araújo (1886) traz uma pequena alusão ao descrever suas vantagens quando associados aos cálculos, ele argumenta que “o emprego de problemas acomodados à natureza dos cálculos é de grande vantagem”. Daligault, por sua vez, retrata que para cada operação deveria ser proposto um grande número de problemas, multiplicando-os no estudo de fração, nesse sentido, o mestre não deveria se contentar por soluções providas por instinto o que, segundo ele, conduziria a resultados geralmente viciosos e não bons. Explicitando melhor a metodologia, Daligault (1870) explica que o mestre deveria exercitar primeiro no quadro e depois levar os meninos a “arrazoar em voz alta” preparando-os para resolver um problema qualquer que se proponha em seguida pedir que as crianças individualmente exponham o raciocínio por escrito para em seguida socializar no quadro, promovendo a correção coletiva.

Sobre o ensino de sistema métrico-decimal, de peso e medidas, Araújo (1886) enfatiza que deveria ser objeto de estudo apenas para as classes avançadas em aritmética, especialmente nas operações sobre frações decimais, pois, segundo ele, só dessa forma estariam aptos a compreenderem mais facilmente o mecanismo do sistema e a composição e decomposição das diferentes unidades de extensão. Ainda sobre esse aspecto, o autor destaca a importância das crianças distinguirem e denominarem os sistemas pelos padrões apresentados nos mapas e aponta como responsável pelo inteiro conhecimento da organização do sistema métrico, o estudo de desenho linear, pois permitirá que os alunos percebam porque as unidades vieram do metro, no entanto essas ideias são apontadas apenas no manual de Alagoas. Ainda sobre o sistema métrico decimal, Araújo (1886) destaca a dificuldade dos alunos em lidar com as unidades do antigo sistema de peso e medidas e o novo sistema de numeração decimal devido às confusões inerentes da comparação dessas unidades, sendo sugerido por ele que no curso primário utilize-se apenas o sistema atual.

Sobre esse aspecto Daligault (1870) argumenta que apesar do peso e medida está também agregado ao sistema decimal, à numeração métrica deveria receber uma atenção especial acrescentando além das informações posta por Araújo (1886) que o mestre deveria ajudar os meninos a relacionar medidas de capacidade e de peso por meios de exercícios e problemas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este estudo vem atender aos anseios de uma construção de identidade historiográfica do próprio Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática, versando sobre os materiais e documentos encontrados em nossas buscas. Com isto, nos remetemos a um estudo elevado dos métodos e concepções de Daligault em controvérsia ao Compêndio de Pedagogia Prática de Alagoas.

A partir do estudo do Compêndio e do manual é possível conjecturar que Araújo (1886) ao escrever o Compêndio de Pedagogia Prática tinha supostamente também a intenção de favorecer a implantação do método Lancaster nas escolas primárias de Alagoas.

No trato com a matemática, alguns aspectos descritos por Daligault (1870) que ajudariam o mestre a delinear melhor sua ação pedagógica em torno do que se entendia como fundamental na formação primária das crianças não foi preconizado por Araújo (1886). Observa-se que a partir do estudo do cálculo escrito poucas orientações são dadas ao professor, mantendo-se o foco na descrição dos conteúdos de forma linear sem muitas sugestões de como ou quais aspectos eram fundamentais na abordagem desses conteúdos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. J. **Compendio de pedagogia prática** - para uso na Escola Normal de Maceió. Salvador: Tipografia dos Dois Mundos, 1886.

CASTANHA, A. P. A introdução do método Lancaster no Brasil: história e historiografia. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, RS, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1257/12>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

COSTA, C. **Instrução Pública e instituições culturais de Alagoas**. Monografia Escrita por Solicitação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Imprensa Oficial: Maceió, 1931.

DALIGUALT. **Curso prático de pedagogia**: destinado aos alunos das escolas normais primárias, aspirantes ao magistério, e aos professores em exercício. 2. ed. Santa Catarina: Typ. de Ribeiro & Caminha, 1870. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/projeto_obras_raras/37894.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

ESPÍNDOLA, T. B. **Relatório de instrução pública e particular das Alagoas apresentado ao Exm. Srn. Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel presidente da província**. Maceió: Tip. do bacharel Felix da Costa Moraes, 1866. Documento do Arquivo Público do Estado de Alagoas.

MADEIRA, M. G. L. Recuperação de acervo bibliográfico de docentes alagoanos (1840-1960). **Relatório CNPq**, Maceió, 2011.

NUNES, D. Pesquisa Historiográfica desafios e caminhos. **Revista de teoria da História**, UFG, ano 2, n. 5, jun. 2011.

OLIVEIRA, M. A. Pestalozzi, o método intuitivo e os saberes elementares aritméticos. In: VALENTE, W. R. (org.). **Método cadernos de trabalho**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

SILVA, C. R. C. Avaliação escolar e formação de professores: um estudo a partir da obra Curso Prático de Pedagogia de Mr. Daligault (século XIX). In: FRANÇA, F. F.; SILVA, C.R.C.; SACRAMENTO, C. C. (Org.). **História da Educação, Infância e Cultura Material**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2015. P.83- p.96. Disponível em: <https://issuu.com/coloquio2015-ufprudescunicamp/docs/e-book_historia_da_educacao_infanci/93>. Acesso em: 11 abr. 2016.

VERÇOSA, E. G. **Caminhos da educação em Alagoas: da colônia aos dias atuais.** Maceió: Edições Catavento, 2011.

VEIGA, C. G. **História da educação.** São Paulo: Ática, 2007.

VILELA, H. **A Escola Normal de Maceió (1869-1937).** Maceió: Secretaria da Educação e Cultura, 1982. (Série Velhas Escolas).